

A tradução como contato de línguas

Resumo: O presente artigo apresenta uma reflexão acima da definição de tradução enquanto contato de línguas. Para tanto, abordaremos o próprio conceito de contato de línguas e sua construção teórica para entendermos em que medida a noção é permeada por outras relações, sejam elas institucionais, normativas, humanas, culturais, etc. A partir dessa delimitação conceitual, partiremos das noções de espaço e de fronteira para apreender o vínculo entre línguas em contato e o ato/processo/produto da tradução. Por fim, tentaremos evidenciar os desafios teóricos que esta relação faz emergir.

Palavras-chave: Contato de línguas; tradução; espaço, fronteiras.

La traduction comme le contact de langues

Résumé: Cet article propose de réfléchir sur la traduction en tant que contact de langues. Pour ce, nous approcherons le propre concept de contact de langues et sa construction théorique de façon à comprendre dans quelle mesure cette notion est traversée par d'autres relations, qu'elles soient institutionnelles, normatives, humaines, culturelles, etc. A partir de cette délimitation conceptuelle, nous partirons des notions d'espace et de frontière pour appréhender la relation entre langues en contact et l'acte/processus/produit de la traduction. Enfin, nous nous efforcerons de mettre en évidence les défis théoriques qui émergent de cette mise en relation.

Mots clefs: Contacts de langues; traduction; espace; frontières.

A TRADUÇÃO COMO CONTATO DE LÍNGUAS

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília
sabinegz@gmail.com

1. Introdução

“L’altérité est au cœur de la langue et du discours,
et ceci sous les formes les plus variables.”

B. Py

O conceito de contato de línguas refere-se usualmente à situação humana e social em que um indivíduo ou um grupo de indivíduos são levados a fazer uso de duas ou mais línguas ou a entrar em contato com uma ou mais línguas distintas da sua. Essa situação existe de forma institucional em alguns países ou comunidades. É o caso da Suíça, que institucionalizou quatro línguas oficiais, o francês, o suíço-alemão, o italiano e o romanche. Essa diversidade linguística, fruto do contato histórico com países vizinhos, manifesta-se nos usos dos falantes que, principalmente nas áreas fronteiriças – mas também para além delas –, crescem com duas ou mais línguas e se tornam bi- ou plurilíngues. Assim, a Bélgica e o Canadá possuem duas línguas, francês e flamengo e francês e inglês, respectivamente. Esses casos são apenas exemplos de situações de multilinguismo institucionalizadas, mas que se observam na maioria dos países em todos os continentes do mundo de forma mais ou menos oficializada, a exemplo do Brasil, onde mais de 180 idiomas são falados, embora apenas um tenha nacionalmente o estatuto de língua oficial. Ressalte-se que alguns municípios brasileiros cooficializaram, através de leis, outras línguas, sejam elas indígenas ou de imigrantes.

De uma perspectiva mais ampla, essa situação também ocorre entre indivíduos de países distantes como consequência do comércio e de diversas formas de intercâmbio. O bilinguismo é um fenômeno mundial: há muito mais línguas no mundo do que países e essas línguas estão cada vez mais em contato umas com as outras (sobretudo com as grandes línguas internacionais que se propagam através da alfabetização e da escolarização universais), por meio de seus falantes que estão em mobilidade crescente, consequência da ampliação dos meios de transporte e de comunicação. De fato, com a circulação de indivíduos cada vez maior, os falantes são levados a empregarem sua língua primeira e a(s) língua(s) da comunidade com a qual ocorre o contato. Vale dizer que o indivíduo que assim se desloca, seja por razões profissionais ou outras, é levado a fazer uso de uma língua que não é a sua.

Logo, se por um lado o fenômeno é configurado por fatores geográficos, a exemplo das situações de fronteiras transnacionais em que populações e línguas coabitam permanentemente, por outro, refere-se à crescente mobilidade dos sujeitos e dos grupos para além dos limites territoriais de seus países.

As dinâmicas linguísticas são por natureza não homogêneas: são espaços de contato e de variação que se manifestam nas tramas comunitárias pelo jogo dos repertórios. A heterogeneidade é o princípio elementar do funcionamento linguístico, sendo esta uma de

suas propriedades fundamentais. Como foi dito, a observação das práticas linguísticas mostra que na maioria dos países centenas de línguas são usadas no seu território, convivendo não somente nas diversas comunidades, mas também na cabeça dos falantes, bi- ou plurilíngues. Além disso, as línguas se misturam nos enunciados (alternância códica) e se influenciam mutuamente.

Nesse contexto de globalização, que não é apenas um fenômeno social, econômico e político, mas também linguístico, essas dinâmicas são acompanhadas por um movimento de tradução sem precedentes. A necessidade de internacionalização dos conteúdos regional e localmente produzidos acarretou, por meio dos processos tradutórios, uma recontextualização cultural e geopolítica dos fatos e das relações que culmina com uma espécie de “babelização do mundo” (WOLTON, 2008, p. 3).

Por isso, para além da definição simplista de tradução como processo que possibilita a passagem de uma língua para outra, a operação tradutória tem por vocação colocar línguas, homens, normas e realidades em relação. Assim, no exato momento da tradução, poder-se-ia dizer que as duas línguas de enunciação estão em contato. Mas o que significa esse contato? Onde ele ocorre? Na cabeça do tradutor? Do leitor? Ou ainda dentro da língua? Seria ela uma situação de contato tal como ela é definida pela sociolinguística? Sejam quais forem as respostas, é possível pensarmos a tradução como um processo contrastivo que revela as normas e representações que as regem, essa relação entre línguas implicando uma série de parâmetros que vão além de critérios propriamente linguísticos, mas também fatores de natureza pragmática, cultural e normativa. A tradução, enquanto gestão de duas línguas por um mesmo indivíduo, poderia ser vista como uma “forma aguda e particular de contatos de línguas: ela integra ao mesmo tempo os contatos institucionais entre as duas línguas manipuladas pelo tradutor e sua própria gestão do fenômeno no ato que ele executa pela tradução”¹ (BALLARD, 2003, p. 5).

Partindo dessa afirmação de Ballard, este artigo busca pensar a tradução como um tipo de contato linguístico, como um momento em que duas línguas se encontram em contato, seja ele apreendido como uma sobreposição, uma alternância, uma mistura ou ainda uma ampliação. As reflexões sobre tradução têm uma abrangência extraordinária, podendo estas recair tanto sobre o ato de tradução, sobre o produto que dela resulta, ou ainda sobre a recepção desse produto. Em todos os casos, e para os fins da nossa reflexão, trata-se sempre de uma relação que implica diferentes agentes, leitor(es), produto(s) e autor(es). Por isso, os conceitos utilizados para dar conta dessa abrangência e da complexidade desses diferentes aspectos alimentam-se mutuamente e abrem eixos teóricos diversos, inaugurando um espaço profícuo de diálogo entre diferentes abordagens e campos especulativos. A relação entre o conceito de línguas em contato, usualmente aplicado à descrição de fenômenos sociais e comunitários de mobilidade, e o de tradução pode parecer inusitada, embora seja bastante óbvia. De fato, a presença de dois códigos implica, tanto na cabeça do sujeito tradutor como na projeção do leitor, um processo comparativo marcado pela tomada de consciência da maneira como as línguas apreendem a realidade e a expressam.

Nos parágrafos seguintes, abordaremos o próprio conceito de contato de línguas e sua construção teórica para entendermos em que medida a noção de línguas em contato é permeada por outras relações, sejam elas institucionais, normativas, humanas, culturais, etc. A partir dessa delimitação conceitual, analisaremos as noções de espaço e de fronteira, conceitos estes que embasarão o pressuposto aqui sugerido e que inaugura o vínculo entre línguas em

¹ “forme aiguë et particulière de contacts de langues: elle intègre à la fois les contacts institutionnels entre les deux langues que manipule le traducteur et sa propre gestion du phénomène dans l’acte qu’il accomplit par la traduction.”

conato e o ato/processo/produto da tradução. Por fim, tentaremos evidenciar os desafios teóricos que essa relação faz emergir.

2. Línguas em contato

A noção de contraste surge na linguística do início do século XIX, quando Wilhelm von Humboldt (1883) coloca as línguas em relação e as compara para entendê-las, categorizá-las, classificá-las e reconhecê-las. Entretanto, a abordagem histórica das línguas já buscava descrever as influências de uma língua sobre outra. Assim, em 1648, John Amos Comenius (2005, p. 56, 59) já formulava hipóteses sócio-históricas sobre as causas da variação e da mudança linguísticas:

A partir do momento em que foram se disseminando, os homens adotaram novas condutas de vida, acarretando simultaneamente o surgimento de formas novas em sua língua de comunicação. Essas mudanças linguísticas somente puderam ocorrer pelas múltiplas formas de hábitos sociais. [...] terceira causa da mutação das línguas. É a emigração e a mistura dos povos que acarreta a mistura das línguas. Isso explica o surgimento de novas línguas (tradução nossa).²

É preciso esperar os anos 1950, quando a introdução na linguística formal da noção de contato traduz então a necessidade crescente de se entender e sistematizar as diversas formas de bi- e multilinguismo, embora tendo ainda como perspectiva a(s) influência(s) que uma língua pode ter sobre outra. Mas o termo “contato de línguas” é cunhado em 1953, na obra de Uriel Weinreich, *Languages in contact*, que considera que as línguas estão em contato quando são usadas alternadamente por indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Em sua abordagem, o foco passa a recair sobre o indivíduo e não mais sobre as línguas, o contato entre línguas caracterizando uma situação em que a presença simultânea de duas línguas afeta o comportamento linguístico do falante. Para o autor, esse conceito se refere ao funcionamento psicolinguístico do indivíduo bilíngue, ao contrário do conceito de multilinguismo, que remete a um “estado de sociedade”, enquanto fenômeno universal. Afirma ainda que a maioria dos indivíduos vive em um ambiente bilíngue, embora o plurilinguismo tenha sido durante muito tempo considerado como um fenômeno marginal oposto a um monolinguismo “normal” e “aceitável” (*apud* ALBY, 2005, p. 7). Ainda que as situações de plurilinguismo não sejam um fenômeno recente, foi somente a partir da obra de Weinreich que os linguistas começaram a sistematizar o fenômeno do contato para entender a mudança das línguas.

Mas é principalmente nos anos 1960 que a questão do contato das línguas ocupa um espaço privilegiado no âmbito das ciências da linguagem. Assim, a sociolinguística, sobretudo com Weinreich (1953), Fishman (1965) e Labov (1966), começa a desenvolver abordagens sincrônicas cada vez mais variadas do fenômeno. Os autores colocam em evidência a questão do valor social das línguas em que noções de representações de pureza ou de mestiçagem, de degenerescência e de erosão reorientam paulatinamente a linguística europeia do século XIX. Ao analisarem os usos quotidianos em termos de bilinguismo, de

² “Dès l’instant qu’ils furent disséminés, les hommes adoptèrent donc de nouvelles conduites de vie qui donnèrent lieu, par la même occasion, à l’apparition de formes nouvelles dans leur langue de communication. Ces changements linguistiques ne furent en effet rendus possibles que par les habitudes sociales aux multiples formes. [...] troisième cause de la mutation des langues. C’est l’émigration et le mélange des peuples qui entraînent le mélange de celles-ci. De là la naissance de nouvelles langues.”

multilinguismo ou ainda de conflitos linguísticos, passam a fornecer elementos de descrição em contextos multilíngues, notadamente com a constituição de corpora.

Assim, nos últimos anos, ainda que o foco recaia na questão da mudança e da dinâmica linguísticas, os trabalhos desenvolvidos sobre contatos de línguas em sentido mais amplo abrangem fenômenos de múltiplas ordens, como o de hibridação, de evolução não linear, de áreas de convergência e de empréstimos. Nessa perspectiva, as áreas têm levado em conta as questões das línguas em contato para entender não somente a formação de línguas crioulas e pidgins, mas também para descrever evoluções sincrônicas como as alternâncias códicas, o bilinguismo, a variação linguística, o aprendizado, etc. levantando questões de sistematicidade (ou assistematicidade), homogeneidade \times heterogeneidade, univocidade \times plurivocidade, contextualidade \times independência, etc. Uma das questões centrais refere-se à manifestação da coexistência em uma mesma região ou país (ou ainda num mesmo indivíduo) de duas ou mais línguas. Essa coexistência resulta em diferentes tipos de produção, seja ela por alternância, por substituição, pela utilização exclusiva de uma das línguas depois da eliminação da outra ou ainda pela mistura das duas ou mais línguas que entram em contato. Nesse caso, fala-se em amálgama, ou seja, pela “introdução em uma língua de traços pertencentes a outra”³ (DUBOIS *et al.* 1994, tradução nossa), dando origem a formas múltiplas e variadas de interferências.

A grande evolução dos últimos anos é a tomada de consciência de que a abordagem do fenômeno do contato linguístico possibilita a compreensão dos fenômenos linguísticos em geral, pois se posiciona reflexivamente em relação às abordagens ordinárias do fenômeno e leva em conta a dinâmica e a força interpretativa dos falantes em suas atualizações discursivas. De fato, esses fenômenos, ainda que não tenham sido ocultados ou ignorados pela linguística estruturalista e funcionalista, foram tratados como marginais e reduzidos a conceitos epifenomenais pelos modelos tradicionais em que a língua é percebida como unidade ou como sistema. Assim, os fatos de contatos foram abordados durante muitos anos como complexificações não necessárias de uma situação dita “simples” ou ainda “normal” e não partindo do próprio fenômeno analisado em sua complexidade inerente. Outra forma de apreender o fenômeno foi isolando-o: definia-se uma problemática vinculada a um contexto ou a uma situação específica e implementava-se uma metodologia científica capaz de dar conta, pontualmente e de forma isolada, da situação em questão, essencializando-a.

Foi preciso esperar os anos 1970, com o desenvolvimento da sociolinguística interacional – com, entre outros, Dell Hymes e John J. Gumperz (1972) – para que se promovam descrições mais finas de situações de interação bi- e multilíngues e se inaugurem conceitos capazes de descrever a especificidade das situações de contato (alternância códica, falar bilíngue, repertórios multilíngues, etc.), revelando, entretanto, a partir de sistematizações metodológicas que ultrapassam a descrição isolada, a dinâmica e a vitalidade inerentes aos fenômenos languageiros.

Assim, passamos a entender que a questão da gestão das línguas e dos repertórios individuais em interações socialmente marcadas e constantemente coconstruídas revela a situação de interdependência e a “dinâmica entre os falantes e as configurações sociais” (ELIAS, 1985, preâmbulo). Revela ainda as representações sobre os usos e as línguas e sobre seus valores.

Para compreender o processo de apropriação e de representações, estudos têm se voltado para contextos nacionais (Cf. o conceito de “comunidades imaginadas”, de B. Anderson, 2008) e suas fronteiras tanto geográficas quanto linguísticas. Percebe-se, de um ponto de vista histórico, que os contatos de línguas são geralmente associados a projetos

³ “l’introduction dans des langues de traits appartenant à l’autre (...)”

políticos societários (colonização, imigração, integração, etc.) e às instituições a eles vinculadas (escola, administração, trabalho, família, vizinhança, etc.). Para os indivíduos que vivenciam esse fenômeno, embora se trate de relações diacrônicas que envolvem memória e projeções identitárias (língua de pertencimento, língua materna), trata-se, sobretudo, “do olhar do outro, de relações identitárias e de ascensão social”⁴ (SPAËTH, 2010, p. 3-12, tradução nossa).

Partindo das múltiplas situações descritas e da grande variação observada, chega-se paulatinamente à constatação de que as comunidades linguísticas em que as dinâmicas de língua se atualizam, além de gerarem formas inusitadas de mudança e de evolução, não são absolutamente homogêneas. São espaços sociolinguísticos de contatos em que, seja qual for a natureza da interação e da situação discursiva, a produção se inscreve em uma organização discursiva que a marca, a sanciona e a determina. Não há língua sem discurso e não há discurso sem referência histórica e social, sem constrangimentos e sem normas; ou seja, toda produção é espacializada, coagida e condicionada pela sanção coletiva, que não tem objetividade. Trata-se da normatividade imposta pelo grupo e pela comunidade linguística à qual todo falante pertence, em que os hábitos consolidados têm um efeito constrangedor sobre a produção linguística. Valores culturais associados à norma linguística aferem prestígio aos usos padrões, normalizados pelas gramáticas e pelos dicionários, cultivados na literatura e nos domínios institucionais os mais diversos da sociedade, especialmente na escola.

Embora sua manifestação seja tributária do acesso desigual às normas que funcionam como marco de referência da “correção” e da propriedade linguística, as marcas de prestígio e de estigma abrangem toda a sociedade e não somente aqueles que fazem uso da norma culta. Nesse jogo de relações, o comportamento linguístico acaba funcionando como um indicador de estratificação social, em que o “bom uso” pertence àqueles que estudaram, tendo como consequência a marginalização e a estigmatização das variáveis produzidas pelas classes mais carentes. Finalmente, a questão do contato, que não se refere somente às línguas mas às variantes, é sempre percebida como um problema.

Assim, partindo desse pressuposto, a questão do contato só pode ser pensada em termos de delimitações espaciais e de fronteiras, conceitos que se tornam centrais para se apreender o as relações intersubjetivas e o funcionamento das línguas a elas subordinado. Pode-se afirmar que o objeto de análise característico dessas situações de contato não é mais uma língua e as especificidades de sua estrutura, enquanto objeto homogêneo (cuja existência é um construto social), mas a troca e o contato entre línguas e variedades linguísticas que se manifestam em teias comunitárias e enquanto propriedades do funcionamento linguístico.

3. Espaço e fronteiras

“L’espace est un système de relations.”
Pierre Bourdieu

Analisar as práticas discursivas e as relações que se estabelecem entre os falantes a partir dessa dinâmica e dos valores em jogo traz à tona as particularidades da configuração espacial que as determinam. A diversidade linguística, as normas e as identidades se articulam acarretando uma polarização dos espaços e das relações de alteridade. Assim, falar de contato pressupõe inevitavelmente abordar as noções de espaço e de fronteira que são também

⁴ “du regard de l’autre, de relations identitaires et d’ascension sociale”.

construções simbólicas altamente convencionadas. A realidade é sempre compartilhada por uma comunidade por meio de sua espacialização e de sua territorialização. Nessa perspectiva, é necessário considerar que as línguas também são circunscritas por limites e fronteiras geográficas fazendo do espaço uma delimitação agenciadora e produtora de sentido. Além disso, não é uma entidade neutra e cristalizada; entrar em um espaço é ao mesmo tempo ser assaltado por um conjunto de signos que são interpretados, produzindo papéis, afiliações e distinções que lhe são contingentes. O espaço é constantemente produzido de acordo com os sujeitos e como eles o investem e o habitam. Obviamente, essa apropriação não é a mesma para todos. Embora seja compartilhada, essa concepção de território coloca o espaço no cerne das referências categoriais: trata-se de uma entidade humanamente marcada que remete à mobilidade, ao vaivém, à circulação, e ao contato que resulta desses movimentos – exílio, refúgio, imigração, viagem, trajetória, etc.

Assim, o espaço é produzido pelo uso da língua que o semantiza. Ao contrário, as produções linguísticas também são condicionadas pelo espaço no qual o falante obedece a regras de conduta discursivas e comportamentais. As delimitações espaciais inauguram fronteiras que se apresentam como um estado de fato, uma necessidade, pois são compartilhadas pelos atores. Elas condicionam a construção e a compreensão do mundo pelos sujeitos que as interpretam e as transformam (NICOLAÏ, 2007).

Assim, definido enquanto meio social e físico, o espaço funciona como um sistema de relações e de práticas sociais. Há nessa dinâmica uma tensão entre o movimento de institucionalização social e o da apropriação simbólica individual que sempre encena afetos. De fato, o espaço é sempre investido por valores e representações subjetivos e intersubjetivos, pois, como foi mencionado, é instituído pelos indivíduos, pelas comunidades e pelas sociedades. Portanto, toda fala é uma ação situada e logo delimitada por contingências espaciais e situacionais. Todavia, as categorias referenciais (ponto de partida, finalidade geográfica, ponto de chegada, trajetória, ida, volta, etc.) que agenciam os espaços de fala são noções fluídas e em constante redefinição, tal como as normas e as produções linguísticas a elas submetidas. Para entender como determinado espaço é reconhecido e legitimado pelos outros e como as práticas sociais condicionam as práticas linguísticas, é preciso, portanto, considerar que essas práticas linguísticas ocorrem sempre em algum lugar e em algum momento (referência sincrônica), embora sejam motivadas pela vivência e pelas práticas reproduzidas e determinadas por um outro lugar, em um outro momento (referência diacrônica).

Nesse contexto, em que as mobilidades são o resultado de um grande deslocamento de pessoas, de produtos e de atividades, de dinâmicas locais e globais, a circulação acarreta novas representações e novas temporalidades. São referências indispensáveis que podem ser tomadas como objeto de análise. De fato, as fronteiras só existem se elas são vivenciadas ou, ao menos, percebidas por indivíduos e comunidades, enquanto noção compartilhada e coletiva. A observação e interpretação humanas são condicionadas por limites estabelecidos pela mobilidade: é transitando para além, para outro lugar que se percebe a existência da fronteira, seja ela geográfica, social, política, linguística, etc. Assim, definir um indivíduo ou um grupo por sua nacionalidade é também delimitá-lo espacialmente, articulando uma relação entre língua, tempo e espaço. Essas trajetórias e representações colocam em cena categorias vinculadas à mobilidade, entre as quais, as fronteiras, a noção de inclusão e exclusão, de travessia, de origem, de limite, e, portanto, de contato. Do ponto de vista do contato entre línguas e da atividade tradutória, essas categorias revelam a necessidade social de estabelecer pontos de ancoragem, que legitimam ou marginalizam simbolicamente os discursos. Assim, delimitações espaciais, às quais toda fala é subordinada, hierarquizam as relações.

Da mesma forma, o ato da tradução é nutrido pelos conceitos de fronteira e de diferença: a partir de determinadas referências, de conjuntos de categorizações, estrutura-se algo outro cuja especificidade resulta da comparação e do contraste. Como ressalta Nicolai (2007), a fronteira é uma ferramenta de análise: se ela própria se apresenta sob a forma de uma demarcação entre dois objetos mentais, não pode haver *continuum* entre espaços. Ao contrário, por trás da noção de fronteira há sempre a noção de ruptura, de passagem e de transgressão. Além disso, embora a delimitação de uma fronteira constitua um ato motivado e compartilhado, ela sempre possui um caráter conjuntural. Assim, uma fronteira geográfica é também histórica e política e gera outros tipos de demarcação. A partir do estabelecimento de contrastes entre objetos definidos como tal, a tradução assim percebida resulta em uma fusão de elementos tidos como distintos e que se tornam similares, pois compartilham algo fundamental. Esse contato entre duas línguas mais uma vez se estabelece sempre a partir de convenções, acordos e institucionalizações enquanto “expressão de realidades políticas e estratégicas” (NICOLAI, 2007). Portanto, tanto em termos de contato como de tradução, é preciso saber a partir de que momento uma oposição é significativa e compartilhada. É também preciso observar as binariedades cristalizadas que qualificam as fronteiras convencionais. Oposições como aqui *x* lá, nós *x* eles, dentro *x* fora, ida *x* volta, partida *x* destino, etc., e, no caso específico da tradução interlingual, texto original *x* texto traduzido, autor *x* tradutor, língua de partida *x* língua de chegada, texto de partida *x* texto de chegada. Essas oposições remetem a noções diversas de pertencimento, de origem, de temporalidade, etc. São oposições simbólicas e funcionais que inauguram relações hierárquicas extremamente marcadas socialmente: veicular/vernacular; língua/território; língua/nação; língua alta/língua baixa; língua de dentro/língua de fora, etc.

Essas fronteiras intervêm, portanto, na elaboração dos conhecimentos e na análise dos objetos que construímos, instaurando afiliações imaginárias (língua *x* nação e língua *x* raça). No caso da tradução, essas categorias são construções sociais que geram atitudes concretas e representações, orientando tanto o trabalho do tradutor como a recepção do(s) leitor(es).

4. Tradução e contato

4.1. Tradução enquanto contato e passagem de fronteira

A partir do exposto, reconhecemos por trás do conceito de fronteira o de contato e de tradução. Contrariando a definição simplista que sugere que a tradução é um processo de transgressão de fronteira por meio do qual se passa de uma língua para outra, coloca-se aqui o foco na relação que a operação tradutória inaugura entre duas línguas. Dito de outra forma, a tradução coloca em presença duas línguas por meio de um processo que, apesar de comparativo, contrastivo e diferenciador, é principalmente de ampliação. Nesse contexto, a tradução é o momento privilegiado da tomada de consciência da especificidade com que cada língua apreende e expressa a realidade. Embora possa ser interpretada como uma ruptura que implica uma série de parâmetros e de decisões – linguísticas, pragmáticas, culturais, estilísticas, etc. –, a tradução integra na língua as marcas subjacentes da presença da(s) outra(s) línguas com a qual ela está em contato: “chega-se à análise de um sistema linguístico por meio de outro” (PERGNIER, 1993, p. 28, tradução nossa).⁵

⁵“on aboutit à l’analyse d’un système linguistique au moyen d’un autre (...)”.

Mas a afirmação de Pergnier, que sugere que a tradução coloca em relação dois sistemas linguísticos, remete às definições saussurianas de língua enquanto sistema fechado de relações que só conhecem a sua própria ordem. A partir desse modelo, essas relações só podem ser analisadas no âmbito do enunciado e do discurso que articula as línguas e os paradigmas linguísticos em jogo. Do ponto de vista estruturalista, o contato entre duas línguas acarreta formas híbridas que nascem da operação tradutora. Essas interferências que surgem do contato entre dois “sistemas” na tradução levariam a uma forma de “contaminação” de um sistema sobre outro, uma mudança linguística. Assim, as interferências viriam da não coincidência das categorias semiológicas e da não transponibilidade de uma língua para a outra. Isso gera o paradoxo estruturalista da relação entre língua e tradução. É o que Jakobson (1981) chama de “equivalência na diferença”, em que a relação simbólica estabelecida entre as duas falas e uma determinada experiência, embora intimamente vinculadas, não coincidem. São recortes diferentes de um mesmo universo. Assim, o estruturalismo denuncia essa não coincidência dos recortes pelo fato de que toda língua é um sistema em que cada elemento tem um significado em relação ao outro. Daí surge a questão de saber o que constitui a forma do significado e o que constitui a sua substância. E, sobretudo, que relação existe entre forma e substância. A união indissociável do conteúdo e da forma poderia pressupor os limites da traduzibilidade?

Logo, a questão central é saber se de fato esse processo se refere a dois sistemas de formalização do sentido, dois códigos que entram em contato e que interferem um no outro, como uma forma de contaminação? Obviamente, a natureza do contato vai depender da definição e da conceptualização que se faz da língua. Partindo da definição clássica de que a língua é um sistema de formalização autônomo, o contato implica um processo de deslocamento e de desvio. Existe, subjacente, a ideia de passagem e de transposição de fronteira. Portanto, quando dois sistemas entram em contato, podem produzir interferências um sobre o outro, fazendo emergir a consciência da alteridade que emana de cada falante. A tradução assim definida é concebida como uma transferência normativa de uma língua para outra, de um código para outro e, sobretudo, de um recorte linguístico para outro. Logo, a tradução considerada como uma relação entre línguas diferentes aparece como uma operação comparativa entre dados diferentes. Desse ponto de vista, a relação do tradutor com o texto e com a língua da qual ele traduz é pautada pelo desejo de respeito e de fidelidade. Além disso, o processo tradutório coloca também em contato dois textos, um preexistente ao outro. Um que é preciso interpretar e desvendar, outro que está por ser. O tradutor vai, portanto, se preocupar com os vínculos semânticos e formais entre esses dois textos a partir de uma série de processos mentais de leitura, compreensão, interpretação, escritura, comparação, avaliação, julgamento, etc. Todos estes são interdependentes e determinados e constrangidos por sistemas de normas que agem de cada lado do processo, influenciando o ato da tradução. Ainda assim, a tradução não seria apenas o resultado cristalizado da passagem de uma língua para outra: ela revela um percurso de múltipla escolha, em que se sucede uma série de pré-textos que precedem o texto de chegada. Durante esse percurso, o tradutor estabelece relações de dependência e de responsabilidade mais ou menos explícitas com os textos, com as línguas e com os atores envolvidos – o autor do texto de partida e leitor do texto de chegada. Nessa “passagem”, é, portanto, preciso colocar o foco no processo de comparação que inaugura tanto uma oposição como uma equivalência. Trata-se de um processo de encadeamento em que textos – e não línguas – são traduzidos por um indivíduo que pensa e que questiona os fundamentos de sua prática e referenciais teóricas com o intuito de inaugurar equivalências entre unidades colocadas como opostas e impermeáveis uma com relação à outra.

4.2. Tradução enquanto ampliação

Ao contrário, contrariando o paradigma estruturalista, parte-se aqui do pressuposto de que no contato e no exercício tradutório uma língua se define em relação à outra, ampliando seu escopo. Introduce-se a noção de repertório em que a tradução é considerada como uma das realizações possíveis de uma mensagem por um falante específico, como uma forma de variação dentro de uma mesma língua. Essa inferência invalida, portanto, a ideia de contato como um processo de deslocamento, em que é preciso atravessar uma fronteira para se chegar ao resultado esperado. O contato se dá, portanto, entre textos e não entre línguas, sendo percebido como um processo de recontextualização e de ampliação. Obviamente, essa percepção remete também à segmentação dos usos e à capacidade dos falantes de elaborar e reelaborar os códigos em espaços discursivos distintos. Parte-se, mais uma vez, do pressuposto da heterogeneidade constitutiva do funcionamento linguageiro e das comunidades linguísticas, para propor uma inversão metodológica, em que a exemplaridade do ato de tradução supera seu caráter marginal e excepcional. A tradução, assim definida como uma operação exemplar sobre as línguas, oferece os ensinamentos da abordagem contrastiva podendo ser aplicada a qualquer produção. Trata-se sempre de uma realização particular, em contraste com outra, na qual o falante exerce seu poder de decisão e seu desejo de afiliação. Seria dizer que cada ato de fala não é se não um exemplo específico de produção linguística e que a reformulação por meio da tradução inaugura uma variação a partir de um repertório ampliado e não de uma travessia. Deixa, portanto, de ser percebida apenas como uma passagem a partir de um ato de comparação em busca de equivalência, e passa a ser considerada como uma realização particular dentre outras possíveis da mensagem. Não se parte mais de pares de língua, mas de repertório bi- ou multilíngue, a partir do qual o falante produz um *falar bilíngue* em que faz escolhas a cada momento da sua produção, sempre em função de circunstâncias específicas e de dinâmicas de interação.

Assim, a língua passa a ser vista de outra forma. Não se trata mais de sistemas de signos independentes dos enunciados que contêm esses signos, como sistemas impermeáveis uns aos outros e em que a tradução é percebida como um engodo. Nesse caso, seria necessário que as diversas línguas fossem redutíveis a um modelo subjacente e que as línguas escapassem do caráter social para entrar no universal. Na realidade, a mensagem é o pivô da operação tradutória, sendo o único elemento cuja estabilidade é a meta. A relação entre conteúdo e forma da mensagem não é uma relação imediata e direta, mas é articulada, criada e formalizada pelo contato entre as línguas. Portanto, perceber a tradução como uma variação, em que os signos que articulam a mensagem lhe pertencem somente de forma transitória (ao passo que eles pertencem de forma permanente à língua enquanto estrutura de formalização e enquanto código específico), é colocar o foco na relatividade das escolhas, em que as supostas equivalências são atos inaugurais e factuais, uma variação sempre tributária da dinâmica textual em que o nível semântico, no qual a tradução opera não se situa nem na língua nem na fala (texto/discurso), mas na intercessão das duas, no contato.

5. Conclusão

Como se percebe, para além das representações sobre a noção fechada de língua enquanto objeto construído de forma ideológica, estrutural e simbólica, existe a constatação de que os dados ordinários da comunicação são permeados pela manifestação do plurilinguismo. Assim, é possível falar em atualização e gestão plural de códigos, ainda que

se trate de grupos *a priori* monolíngues que estigmatizam explicitamente ou de forma mais velada a diferença e a distância normativa em relação às produções e aos usos do grupo.

Hoje, não se pode mais ignorar a multiplicidade dos códigos disponíveis e mobilizados simultaneamente, sejam eles pertencentes a línguas diferentes ou não. De fato, essa categorização não é a mais significativa quando se consideram esses fenômenos de contato e de repertório. O mais importante é sem dúvida o reconhecimento da disponibilidade desses repertórios e a capacidade dos falantes em mobilizá-los em função da situação de interação. Trata-se de uma capacidade de inovação e de reelaboração contínua em um determinado espaço discursivo que serve de parâmetro para o entendimento da dinâmica linguística e da mudança material das línguas. Assim, pode-se afirmar que a evolução das línguas depende tanto de uma dinâmica interna quanto do seu uso ordinário nas diversas situações de interação.

A partir de diferenças postas em contato e à prova, os participantes de uma interação são levados a enfrentar as especificidades que os separam como fontes através das quais podem obter uma maior consciência deles próprios; uma situação em que cada um é encenado no contexto do outro, um processo que, ao criar sentido, estimula a compreensão da interação entre ambos.

Embora não tenha uma longa história, o estudo dos contatos de línguas e de populações e suas consequências sobre as diferentes línguas que coabitam introduziu uma série de questões referentes aos modos de vida e de pensamento das línguas, suas dinâmicas, sua evolução e suas transformações. Hoje, é de prática considerar no âmbito da linguística a heterogeneidade das formas e dos usos linguísticos, sua variabilidade e sua multiplicidade, assim como os efeitos induzidos desses fenômenos.

Partindo dessa perspectiva, é necessário superar a ideia de que a tradução introduz a noção de perda, de que ela marca uma ruptura com algo preexistente e sempre deteriorado, e apreendê-la, ao contrário, como uma forma de ampliação e de enriquecimento que cria sentido. É também importante para a reflexão repensar o seu processo desvinculando-o da noção de passagem e de corte, ou seja, de fronteira. Partindo dessas premissas, a tradução não se coloca mais do lado de uma possível equivalência natural, nem de algo que resiste. Ela se instaura entre o objeto e o sujeito, tal qual uma possibilidade suplementar. Nessa dinâmica, o tradutor, percebido como o ponto de contato, encarna o locus de todos os conflitos, algo que poderia ser visto como uma tensão entre vozes. Não se trata, no entanto, de colocar em perspectiva duas nomenclaturas, como se a realidade fosse uma de cada lado do rio e cada língua fosse um simples catálogo de significantes diferentes para significados idênticos a partir de uma concepção empírica das línguas. Como foi dito, Humboldt já mostrava que uma língua é antes de mais nada uma análise incompleta e subjetiva do real, uma visão do mundo e que, por consequência, os elementos de realidade construídos por uma língua nunca emergem da mesma forma em outra. A língua é um recorte, um enfoque particular do real que a nossa ancoragem linguística e cultural nos impõe. A questão que aqui se coloca é de saber se existem uma ou diversas experiências do mundo e se esta é definível. Na tradução, trata-se menos de saber se atingimos algum tipo de equivalência – seja ela semântica ou formal – do que de perceber qual experiência está sendo levada em conta. Uma tradução, para além de inaugurar um contato, não é se não uma leitura contextualizada em que há sempre tantas versões de um mesmo fato do que falantes. O tradutor é antes de mais nada alguém capaz de somar e de ampliar, promovendo uma “expansão linguística” (DERRIDA, 1982). Assim, é preciso renunciar ao princípio de equivalência entre as partes e analisar o sentido que surge do próprio contato, como se uma língua revelasse a outra.

6. Referências bibliográficas

- ALBY, S. Une approche bilinguiste du contact des langues: discours bilingues d'enfants kali'na en situation scolaire. *TRACE*, v. 47, p. 7, 2005.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALLARD, M. *Versu: la version réfléchie*. Paris: Ophrys, 2003. v. 1: Repérages et paramètres.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- COMÉNIUS, J. A. 1648. In: CRÉPON, M. *Langues sans demeure*. Paris: Galilée, 2005. p. 56, 59.
- DERRIDA, J. L'Oreille de l'autre. In: _____. *Textes et débats*. Ed. CL. Levesque ET CH. MacDonald, VLB, Montréal, 1982.
- DUBOIS, J. et al. *Dictionnaire de linguistique*. Paris: PUF, 1994.
- ELIAS N. *Sociologie et histoire, avant-propos à La société de cour*. Paris: Flammarion, 1985.
- FISHMAN, J. A. *Who Speaks What to Whom and When?* Paris: Linguistique, 1965.
- GUMPERZ, J.; HYMES, Dell (Ed.). *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*. New York/London: Holt, Rinehart and Winston, 1972.
- HUMBOLDT, von W. *Die Sprachphilosophischen Werke Wilhelm von Humboldts*. Berlin: F. Dummler, 1883.
- JAKOBSON, Roman. *Eléments de linguistique générale (1 et 2)*. Paris: Éditions de Minuit, 1981. (Collection Double)
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1966.
- NICOLAI, N. Des frontières et des normes, de l'ethnicité et du style. In: QUESTION(S) DE FRONTIERE(S) ET FRONTIERE(S) EN QUESTION(S). MSH-Nice, 14-15 décembre 2007. Table Ronde.
- PERGNIER, M. *Les fondements sociolinguistiques de la traduction*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1993. (Coll. Études de La traduction)
- PY, B. Acquisition d'une langue étrangère et altérité. In: L. GAJO, M. Matthey; MOORE, D.; SERRA, C. (Dir.). (2004). *Un parcours au contact des langues*. Textes de B. Py commentés, Paris: Didier, 1992.
- SPAËTH, V. Le français au contact des langues: présentation. *Langue Française*, v. 3, n. 167, p. 3-12, 2010.
- WEINREICH, U. *Languages in contact. Findings and problems*. New York: Publications of the Linguistic Circle of New York 1, 1953; Den Haag: Mouton, 1963.
- WOLTON, D. *Traduction et mondialisation*. Paris: CNRS Éditions, 2008.